

## Ministério das Relações Exteriores

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA DE 2 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Rodrigo Fernandes Ferreira	Ofício nº 1847/2501/2011	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Ana Bianca dos Santos Fernandes		
Júlia dos Santos Fernandes		
Luiz Cláudio Magalhães Bastos	Ofício nº 70/AD/VPR	Vice-Presidência da República
Francisco Manoel Xavier de Albuquerque	Ofício nº 219/GP, de 07/11/2011	Supremo Tribunal Federal
Marcolina de Oliveira Cabral Xavier de Albuquerque	Ofício nº 219/GP, de 07/11/2011	Supremo Tribunal Federal

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

## SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR  
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS

## DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

## AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO E COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA VENEZUELA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Bolivariana da Venezuela (doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, celebrado em 20 de fevereiro de 1973;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade;

Considerando que a cooperação técnica na área de estatísticas, por meio da capacitação, transferência e intercâmbio de novas técnicas, reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

## Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional De Estatística da Venezuela (INE)" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é contribuir para a ampliação e o fortalecimento da base estatística da República Bolivariana da Venezuela.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados alcançados no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como instituição responsável pela execução das ações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Bolivariana da Venezuela designa:

a) o Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Nacional de Estatísticas, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

## Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, compete:

a) designar e enviar técnicos brasileiros à Venezuela para desenvolver as atividades previstas no Projeto;

b) prestar o apoio operacional necessário para a execução do Projeto; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Bolivariana da Venezuela, compete:

a) designar técnicos venezuelanos para participar das atividades previstas no Projeto;

b) prestar apoio aos técnicos brasileiros, mediante fornecimento das informações necessárias à execução do Projeto;

c) arcar com todas as despesas e custos de manutenção dos técnicos venezuelanos durante os treinamentos, de acordo com a disponibilidade orçamentária; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa aos patrimônios nacionais.

## Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste Complementar.

## Artigo V

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II do presente Ajuste Complementar elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos, relatórios, prestações de conta e os resultados das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. A publicação dos resultados e documentos será feita mediante consentimento mútuo das Partes, que serão expressamente mencionadas no corpo da publicação.

## Artigo VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela.

## Artigo VII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

## Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes, por via diplomática.

## Artigo IX

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data de sua última comunicação por meio da qual as Partes se notifiquem sobre o cumprimento de seus respectivos requisitos constitucionais e legais internos para tal fim, e terá uma duração de dois (2) anos, prorrogáveis automaticamente por períodos iguais, salvo se uma das Partes comunicar a outra, por escrito e pela via diplomática, sua intenção de não prorrogá-lo, com um mínimo de seis (6) meses de antecedência da data de sua expiração.

2. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente Ajuste Complementar mediante notificação escrita à outra, pela via diplomática. A denúncia surtirá efeitos três (3) meses após o recebimento da comunicação.

## Artigo X

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, celebrado em 20 de fevereiro de 1973.

Feito em Caracas, em 6 de agosto de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

**Celso Amorim**

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela

**Nicolás Maduro Moros**

Ministro das Relações Exteriores

(\*) **Observação:** Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no Artigo IX, este Ajuste Complementar entrou em vigor internacional em 25 de novembro de 2010.

## AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "VIGILÂNCIA DA SAÚDE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A VIGILÂNCIA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica (doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

## Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Vigilância da Saúde e Sistemas de Informação para a Vigilância" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é fortalecer o processo de implementação e automatização do sistema nacional de vigilância da saúde de Costa Rica.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde do Brasil como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.